

**ABRINDO AS FRESTAS: ILUSTRAÇÕES SOBRE
PROSTITUIÇÃO NO PERIODISMO DO RIO DE JANEIRO
(1910-1935)**

**OPENING THE CRACKS: ILLUSTRATIONS ABOUT
PROSTITUTION IN PERIODICALS FROM RIO DE
JANEIRO (1910-1935)**

Wellington do Rosário de OLIVEIRA*

Resumo: Nas últimas décadas, o cotidiano dos excluídos vem virando a história de cabeça para baixo junto aos estudos de gênero, ambos constituindo um espaço privilegiado para a formação de novas problemáticas. Assim, a principal hipótese aventada pelo presente estudo visa trabalhar com 24 ilustrações sobre prostituição feminina, publicadas por impressos cariocas, tais como *A Batalha*, *O Malho*, *Vida Policial*, dentre outros. O trabalho tem por finalidade dialogar com a historiografia sobre o tema e compreender o contexto em que essas imagens foram publicadas, ora cômico, ora trágico, abordando assuntos como a prostituição de rôtula, os *rendez-vous* e o tráfico de escravas brancas. Tendo como recorte espacial o município do Rio de Janeiro, a documentação reunida foi publicada entre os anos de 1910 e 1935, momento de constante manifestação da imprensa em relação à manutenção da ordem.

Palavras-chaves: Escravas Brancas, Prostituição, Rio de Janeiro, Ilustrações, *Zwi Migdal*.

Abstract: In the last decades, the daily life of the excluded has turned history upside down along with gender studies, both constituting a privileged space for the formation of new problematics. That said, the main hypothesis put forward by this article aims to work with 24 illustrations, published by newspapers in Rio de Janeiro regarding a topic shortly discussed in consensus with other topics, which was female prostitution. Thus, this article aims to dialogue with the historiography on the subject and understand the context in which these images were published, sometimes comic, sometimes tragic, addressing issues such as the location of prostitution and trafficking of white women. Taking the Rio de Janeiro city as a spatial cut, the collected documentation was published between the years 1910 and 1935, a moment of constant manifestation of the press in relation to the maintenance of order.

Keywords: White Slaves; Prostitution; Rio de Janeiro; illustrations.

Introdução

O discurso da imprensa frequentemente buscou traduzir, de algum modo, uma visão utópica da realidade social que informava a nação de uma determinada época, estabelecendo assim, alguns parâmetros morais e sociais a respeito de sujeitos

* Mestre em História pela UFPR (Universidade Federal do Paraná). Desenvolve pesquisas nas áreas de história do crime, imprensa, violência e gênero. E-mail: hwellingtok@gmail.com.

considerados “subalternos”. Em relação às mulheres, apagadas historicamente, de acordo com Perrot (1988), as representações vieram sempre acompanhadas de narrativas turvas, seguido de discursos em formas de algaravias, como as teorias da inferioridade feminina e o da mulher submissa. Todavia, são visões forjadas por diferentes mecanismos de controle social, como a imprensa, que esteve interessada em diagnosticar, de diferentes formas, mulheres que recusavam às normas preestabelecidas e instituídas socialmente para estabelecer diferentes formas de ser, viver e de se relacionar. Assim, no campo das representações femininas, os estudos de gênero abriram caminhos no sentido de orientar novas problemáticas sobre mulheres pobres, contribuindo para desvendar as diferentes formas de participação e resistência num cotidiano restrito aos grandes temas e polarizado nas manifestações dos grupos dominantes.

Quando consideramos o discurso da imprensa como metodologia de análise e compreensão histórica sobre as mulheres, precisamos considerar alguns pontos. Chartier (2002) menciona que a imprensa sempre esteve costumada a lidar com espaços de disputa, estabelecendo padrões sociais e comportamentais que, não raras as vezes, resultou em narrativas tradicionais, mas ao mesmo tempo, também foi capaz de converter certas crenças e costumes construídos culturalmente. Devemos considerar que, ao saltar os muros que separam discursos e práticas em relação à imprensa como fonte histórica, devemos incorporar metodologias para evitar a reprodução discursiva contrária às mulheres. Assim, um outro importante passo para isso é garantir a abordagem de gênero como categoria de análise histórica, como menciona Scott (1990), no sentido de reverter o silêncio de mulheres sem direito à memória em novas narrativas interdisciplinares.

O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único (SCOTT, 1990) p. 21).

O conceito discutido pela autora, surge em meio ao remanejamento constante da história cultural na década de 1980, no qual ocorre uma importante mudança no campo dedicado às mulheres para avaliar as produções historiográficas feitas a respeito, e propor novos critérios de análise para esse tipo de abordagem. No Brasil, há importantes trabalhos que avaliam como se deu a emergência desse tipo de abordagem a partir de diferentes narrativas, contextos e grupos sociais diversos, sempre tratando de mulheres que foram duplamente excluídas: por serem mulheres e pela sua condição social.

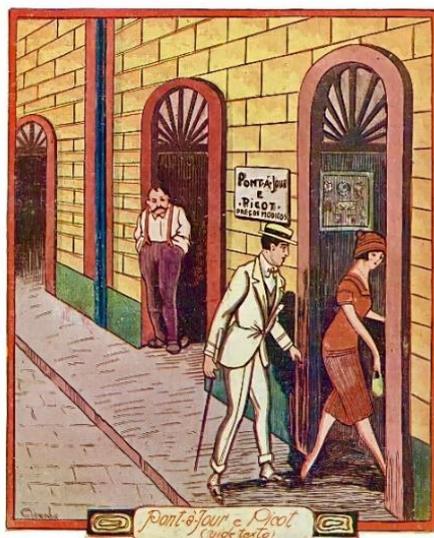
Podemos mencionar autores que se aventuraram a escrever uma história das mulheres e que, com o tempo, influenciaram outros estudos de gênero, como a obra da antropóloga Mariza Corrêa (1989), com um estudo sobre crimes passionais, mostrando que a justiça absolvía homens que matavam “por amor” e que mulheres eram absolvidas por serem “inferiores”, os escritos de Rachel Soihet (1989) sobre o cotidiano violento das mulheres em busca de novos espaços e suas implicações nas relações de gênero e, por fim, os escritos de Margareth Rago (1985, 2008), uma das primeiras a analisar a questão de gênero no movimento operário brasileiro e a condição das meretrizes no espaço urbano.

Esses estudos pioneiros, intercalado com trabalhos recentes, nos permitem a se aprofundar na onda de violência contra as mulheres no começo do século passado. Apesar da atmosfera vitoriana da época, a historiografia tem mostrado que à medida em que as mulheres tentavam se libertar de conceitos tradicionais e espaços de confinamento familiar para se tornarem onipresentes na sociedade, elas precisaram lidar com os estreitos padrões de moralidade dominante na época, conforme Martha Abreu (1989). Assim, pequenas ações como caminhar na rua, frequentar determinados locais e viver fora de um módulo familiar tradicional, tudo era capaz de pesar sobre a condição feminina que, de vez em quando, era convertida em comentários e discursos eufemistas e machistas. Um exemplo desse conflito entre ideologia do dominante e o cotidiano do dominado, aconteceu com a tentativa de diferentes mecanismos de poder em invalidar a presença das mulheres no espaço público, associando-as à criminalidade e, conseqüentemente, à prostituição, segundo (PERROT, 2016, p. 24).

Atento a essas preocupações, a pretensão deste trabalho é refletir sobre uma história delicada, mas que esteve tomada por diferentes discursos da época que limitam a condição feminina em mitos, normas e estereótipos. Vista como uma das profissões mais antigas do mundo, a prostituição também exerceu uma grande influência social em períodos que viu florescer os mais complexos sistemas filosóficos, políticos e jurídicos que se tem conhecimento. Segundo Soihet (1989), para se ter uma ideia da abrangência desses discursos e saberes, as próprias prostitutas acabariam vítimas da criminologia desde o século XIX, como mostrou os estudos de Lombroso, Pauline Tarnowsky e Parent du Châtelet. Em virtude disso, cabe aos historiadores, valendo-se de argúcia, sensibilidade e criatividade, buscar fragmentos que lhes forneçam as pistas para a recuperação do passado dessas mulheres, um método que, como afirmou Ginzburg (1989), em muito se assemelha ao do detetive e ao do psicanalista.

Para justificar a periodização deste artigo, ousamos a afirmar que tais estratégias de controle social contra as mulheres das classes subalternas nunca foram tão pensadas e reproduzidas quanto no período em questão (1910-1935). Graças a historiografia sobre o tema, temos uma noção do cotidiano difícil das mulheres que se estuda: oprimidas enquanto pobres, obrigadas a trabalhar em condições aviltantes e as humilhações do dia-a-dia. Assim, por se tratar de personagens que compartilhavam, entre outras coisas, experiências, identidades e um espaço em constante mutação, como o cenário carioca, o primeiro passo para isso foi analisar um conjunto de ilustrações referente a dois assuntos relacionados a ordem urbana: a localização dos *rendez-vous*, palavra francesa que significa lugares de encontro, tais como estabelecimentos destinados à prostituição: bordéis, lupanares, prostíbulos, entre outros, e a exibição impudica das meretrizes em público. Ao lado desses, outro aspecto a destacar refere-se às representações sobre o “tráfico de escravas brancas”, mas com atenção especial a partir das notícias envolvendo o escândalo judicial da organização criminosa *Zwi Migdal*, em março de 1930.

Figura 1 – De exemplo, a capa da revista *Vida Policial*, edição 41, de 1925, protestando contra as casas de *rendez-vous* e o avanço do meretrício no centro da cidade, trazendo narrativas sobre como funcionava os meios usados pelos homens para aliciar mulheres



Fonte: *Vida Policial*. Rio de Janeiro: 19/12/1925.

A historiadora Schettini (2020) recentemente ressaltou que, onde há uma pitada de prazer, há duas de história. Sendo mais específico, a autora analisou imagens que circularam em jornais e revistas cariocas, do gênero humorístico e erótico do começo do século XX. A autora dedicou atenção especial ao jornal carioca "*Rio Nu*", que circulou de 1898 até 1916, consagrando-se como um dos pioneiros no país com uma abordagem sexual sobre causos e anedotas que aconteciam nas zonas da vida noturna. Aponta ainda, que diversos jornais de cunho humorístico se destacavam pelas reportagens dos fatos cotidianos da conjuntura social, política e econômica do país, mas poucos ousaram ao

ponto de abordar questões profundas sobre a sexualidade feminina com humor no recital erótico. Entretanto, a distinção entre o erótico e o pornográfico nunca foram muito claras, ainda mais se tratando da imprensa, mas é possível compreender que a pornografia explorava o sexo explícito, enquanto o erotismo explorava o implícito. Por fim, o livro é de extrema relevância para compreender o olhar masculino sobre a sexualidade feminina em voga, além de analisar um discurso que, diferente dos impressos políticos e policiais, se distanciava da agressividade e da amargura das conjunturas sociais e políticas do país para ceder lugar ao lirismo extremo e erótico.

Mediante ao conteúdo exposto, o quadro teórico-metodológico situa-se nos marcos da historiografia sobre os dilemas envolvidos na construção de uma ordem social e alguns dos estratagemas policiais do período. Julgou-se necessário outros autores como Chartier (2002), que reforça que as imagens são produzidas em função de um determinado contexto e, conseqüentemente, é fundamental entender os condicionamentos que as geram. Fabris (1998) defende que os impressos ilustrados serviam para provocar o público através de uma linguagem semiótica, considerando que boa parte da sociedade era analfabeta. Kaminski (2012) lembra que as charges e imagens das revistas retratavam o ambiente urbano e os seus temas corriqueiros, sempre de acordo com o contexto de determinado impresso e o seu público-alvo. Luca (2008) lança mão sobre os impressos enquanto fonte histórica, ressaltando que os periódicos permitem ao historiador o tracejo de nuances acerca das intencionalidades de formação simbólica dos sujeitos, e que essas representações são disseminadores de determinada visão social.

Das calçadas às termas

No século XX, o cartão postal do Brasil, sinônimo de sonhos tropicais, entrou da mesma forma como saiu do XIX: em busca da modernidade. A expressão até ressoa bem, mas esteve longe de se constituir em consenso. Mais do que isto, provocou conflitos que marcaram a história recente do Rio de Janeiro. Quando o assunto é desordem urbana, a prostituição sempre esteve lado a lado de diversos questionamentos que visaram transformar a cidade, tendo como inspiração Paris. Assim como num conto de fadas, veremos que durante as reformas de Pereira Passos, cortiços e habitações foram derrubados para dar lugar a novos espaços de sociabilidade em consonância com as demandas da elite. Chalhoub (1986) utiliza essa metáfora para descrever o palco nada imaginário dos eventos que marcaram o Rio de Janeiro na Primeira República. Bretas

(1997) complementa que, além das transformações, o período acompanhou lutas e resistências, ao mesmo tempo que diferentes mecanismos buscavam excluir, reprimir e prevenir contra as classes pobres.

Dentro do quadro de transformações bruscas, as prostitutas sentiram na pele os efeitos e desejos de uma sociedade cosmopolita. Para se ter uma noção, a visão que se tinha de uma parcela das meretrizes cariocas no final do XIX, era a de seres “sub-humanos”, segundo Soares (1992). O autor reforça que essas mulheres foram submetidas a diferentes formas de violência, desde estudos que visavam comprovar tal inferioridade até procedimentos forçados, muitas vezes justificados pela própria ideologia da medicina sanitaria. Engel (1989) forneceu um painel crítico sobre a produção dos discursos e mecanismos de manipulação do prazer, ressaltando que foi neste período que se desenvolveu processos de urbanização inspirados em ideias europeias, e que viriam a se consolidar tempos depois. A autora ressalta ainda que, para evitar a imagem de uma cidade doente, a medicina entrou em cena, legitimando as transformações e usando o controle da prostituição como um mote, mais precisamente em decorrência da adesão às práticas de profilaxia de doenças venéreas e à exclusão e reabilitação das massas populares que assumiam o caráter “subversivo”.

Entretanto, como lembrou Lustosa (2003), mudam-se os tempos, mas não as práticas. A prostituição no início do século XX continuou sendo um assunto frequente, principalmente entre as autoridades públicas e os jornais interessados na manutenção da ordem. Não chega a ser novidade que as reformas de Pereira Passos e as campanhas de saneamento lideradas pelo médico Oswaldo Cruz, tenham resultado no deslocamento das classes populares para regiões apagadas dos centros e das regiões turísticas, como a formação dos subúrbios e da zona sul. Apesar dos efeitos pomposos, o então prefeito impôs um outro Rio de Janeiro sobre a cidade acanhada que ali sempre existiu. Os moradores de direito foram sumariamente expulsos e suas moradas demolidas, tendo reflexos no cotidiano das prostitutas, sendo despidas de seus pertences, das suas relações vicinais, dos seus hábitos, das formas de subsistência e sobrevivência.

Pode não parecer óbvio, mas em meio à essa conjuntura de constante mutação em relação ao centro da cidade, é sabido, por meio da historiografia, que a chamada “geografia do prazer” fora parcialmente desmoralizada. Isso porque os efeitos desses projetos modernos e utópicos estavam em dores de parto quando o noticiário começou a diagnosticar possíveis “efeitos colaterais”, como o despolicimento¹ e a onda de violência nas regiões onde houve o processo de interiorização da cidade. Aparentemente, a função

social dos impressos nesse contexto era muito semelhante com o da polícia: conter a reação das camadas populares e preservar o *status* e o poder das classes dominantes, custe o que custar, ambas enquanto ferramentas de controle que operavam de forma mancomunada.

Por que isso interessa? A resposta pode parecer simples. Mesmo após o processo de embelezamento para conferir à cidade um ar moderno e cosmopolita, alguns *rendez-vous* não sucumbiram e continuaram funcionando. A imprensa passou a diagnosticar a prostituição como um “problema crônico”, visto que os representantes públicos não tinham a intenção de eliminá-la, mas preferiam manter uma certa duplicidade: é ignóbil, mas tolerada, desde que controlada. Então, a realidade da prostituição carioca sempre morou ao lado, era muito mais complexa do que se imagina e não se resumia às calçadas e lupanares de luxo. Um fato social como a prostituição não era, e ainda não é, fácil de ser eliminada, pois não é o mesmo que dizer que amarelo é amarelo e que borboletas têm asas. Demanda planos, é preciso saber lidar com classe, gênero, raça, etnias diferentes e, sobretudo, a proibição não faria com que elas deixassem de existir, apenas dificultaria, em casos específicos, um dos poucos recursos que lhes restam.

A questão que atormentava era, portanto, a seguinte: a localização dos *rendez-vous* e a exibição impudica das mulheres em via pública. As constantes e intensas denúncias podem ser revisadas a partir de diversos impressos da época, mas foram separados alguns documentos da revista *O Malho*. Antes, por se tratar de uma revista ilustrada interessada na “desordem”, Saliba (2002) salienta que, durante a chamada “*Belle Époque*”, surgiu uma narrativa humorística que cumpre o papel de conectar o brasileiro com a própria sociedade. E uma dessas formas de conexão era apontar que as promessas de modernização republicana não cumpriam com o que o autor chama de “humor da desilusão republicana”. Então, por que não interpretar o humor como um sistema de deboche e uma poderosa, mas sutil, arma de mobilização de consciência? Um humor capaz de, nos momentos críticos, construir identidades, fornecer razões estáveis, mesmo sob o estranho constrangimento do caricato, do quase grotesco. Como se a sociedade fosse mais real do que farsa, ou que as autoridades, tão sérias em seus desempenhos incompetentes, adquirissem suas verdadeiras faces quando ridicularizadas.

Figura 2 – "Vassoura Policial". Ilustração de Max Yantok. In: *O Malho*. Rio de Janeiro: 09/08/1913.

Figura 3 - "Guerra ao meretrício". Ilustração de Ariosto Duncan. In: *O Malho*. Rio de Janeiro: 10/04/1915.

Figura 4 – "A localização do meretrício". Ilustração de Vagalume. In: *O Malho*. Rio de Janeiro: 24/04/1915.



É clara a mensagem manifestada pelas ilustrações acima. Um tipo de denúncia recorrente na imprensa carioca era a fragmentação do meretrício. Não importa o ano ou quais estratégias formais de controle tenham sido usadas, a prostituição, no entendimento do discurso jornalístico, era um problema crônico, como um organismo capaz de se reproduzir, e que se fragmenta à medida que tais práticas policiais apresentam sinais de esgotamento e ineficácia. Porém, o afastamento do meretrício por parte das autoridades não acontecia de forma organizada e uniforme, visto que as prostitutas eram regidas por princípios subjetivos e objetivos específicos, embora estivessem sempre reunidas sob uma mesma perspectiva dominante.

Em razão disso, em 09/18/1913, a revista *O Malho* sugeriu às autoridades uma “abençoada vassourada”, conforme a figura 2, pois “varrendo não deixa pedra sobre pedra, limpa tudo”. Embora as críticas endereçadas reconhecessem que algumas diligências fossem tomadas e alguns exploradores apreendidos, tanto as prostitutas quanto a clientela retornavam aos velhos endereços. Segundo a fonte, ao anoitecer, logo após o fechamento do comércio, lá estavam elas, uma legião de mulheres que se colocavam estrategicamente nas ruas, portas e janelas dos bordéis para exercer o *métier* da prostituição.

Em 1915 a revista publicou “A guerra ao meretrício”, com uma ilustração em que mostra o Dr. Heitor Lima, Delegado do 14º Distrito, varrendo meretrizes e exploradores após apresentar ao chefe de Polícia um relatório com providências contra a “devassidão dos costumes”. Na legenda, Heitor diz: “vassoura no lixo! Mas de que serve isto, se o lixo

volta à zona, envolto em *habeas-corpus*?”. Em seguida, “Zé” retruca: “não faz mal, seu Lima! Vá varrendo a sua testada, que, afinal, a justiça há de espanar o juízo, metendo a espada na sujeira moral, em vez de a dourar com o brilho da sua tolerância de pechisbeque!...”. Inclusive, em março daquele ano a revista já havia publicado outra ilustração das representantes do meretrício e o *habeas corpus*, como garantia de livre exercício da profissão. Vinte dias depois, outra reportagem: “A localização do meretrício”, completando o quadro das ilustrações apresentadas em que o Dr. Aurelio Leal, chefe de polícia mencionado outrora, aparece varrendo o “lixo social”, segundo a fonte, referindo-se à retirada das meretrizes da Vila Marreca para uma nova “prole hetaira” que não fora especificada.

Figura 5 – “As representantes do meretrício e o *habeas-corpus*”. Ilustração de Vagalume. In: *O Malho*. Rio de Janeiro: 06/03/1915



O historiador Bretas (1997) investigou que, durante os anos vinte, boa parte das denúncias da imprensa eram oriundas das famílias que residiam no centro da cidade, e que alguns moradores temiam chegar às janelas com medo de possíveis cenas de nudez e outros atos obscenos. As práticas policiais reveladas em relatórios analisados pelo autor, mostram que as reclamações dos populares provocavam uma reação que pressionava as autoridades públicas em relação à manutenção da ordem. Em períodos específicos, a polícia procurava conter com mais vigor a localização do meretrício. Um exemplo disso, segundo o autor, aconteceu nos anos vinte, com o fechamento de 130 casas de prostituição, mas não porque eram espaços de libertinagem, e sim porque funcionavam fora das zonas destinadas à prostituição. Embora o desafio de cortar o mal pela raiz apresentasse efeitos positivos, eles eram provisórios, pois como mostrou o autor, em menos de três anos os bordéis aumentaram em 30% nos distritos monitorados pela polícia.

De modo geral, a rebeldia não somente provocava menções desonrosas na imprensa, como também gerava outras críticas sobre outros problemas relacionados à prostituição. Com as reclamações contra os lugares da prostituição, a população esperava

que a chamada “prostituição de rótula” desse tréguas nas ruas de família. Soares (1992) descreve essa prática como sendo de longa tradição no Rio de Janeiro, e se tornou conhecida no século XIX pelas mulheres que ficavam sob às frestas das portas e janelas simétricas, ou nas portas próximas aos estabelecimentos à espera de clientes. Ressalta que algumas tinham o hábito de cantarolar nas janelas, outras vestiam mantos bordados de veludo negro para chamar a atenção e espantar os “diabos da moralidade”. Indubitavelmente, as histórias se repetem, e a documentação do período estudado mostra que tal prática não diferiu com o tempo, mas sim que certos hábitos, comportamentos e até algumas estratégias de autoproteção permaneceram as mesmas, ou até mais organizadas, de acordo com Kushnir (1996).

Na proposição de Schettini (2002), a exposição das mulheres nas janelas para atrair os clientes era tanta que num determinado período as autoridades começaram a intimidar, apreender e estabelecer o fechamento de alguns espaços de libertinagem. Segundo a autora, uma das exigências impostas foi a determinação de horários específicos para que as mulheres pudessem se exhibir nas portas e janelas, principalmente nas ruas localizadas no centro da cidade. Algumas mulheres recorriam ao *habeas-corporis* para que não fossem presas após ameaças devido ao remanejamento constante da parte da polícia em acabar com os *rende-vous*. Vale frisar que, “as autoridades interditaram alguns dos prédios cujos cômodos eram alugados a prostitutas, contribuindo para tratar a questão da visibilidade das mulheres que ‘faziam a vida’ nas janelas de ruas do centro da cidade” (SCHETTINI, 2002, p. 1). Para tanto, uma solução encontrada seria que as mulheres poderiam alugar quartos em hospedarias para que pudessem exercer o *métier* nas ruas movimentadas, sem que fossem expostas aos meios de repressão e controle da prostituição.

Além da furiosa perseguição aos cáftens estrangeiros, a ação moralizadora também era dirigida contra as mulheres que “faziam a vida” expondo-se nas janelas e portas de casas localizadas em ruas de grande trânsito de pessoas. Imigrantes brancas, de diversas partes da Europa, dividiam essa região com não poucas brasileiras, muitas das quais imigrantes nordestinas vindas para o Rio com o último suspiro do tráfico interprovincial de escravos ou logo depois da abolição da escravidão, por conta própria. Constituindo apenas uma parte da prostituição da cidade, mais visível e pobre, essas mulheres tinham em comum o problema de se verem obrigadas a comprometer grande parte de seus ganhos no pagamento de aluguéis exorbitantes como condição para se manterem em ruas do centro da cidade (SCHETTINI, 2002, p. 18).

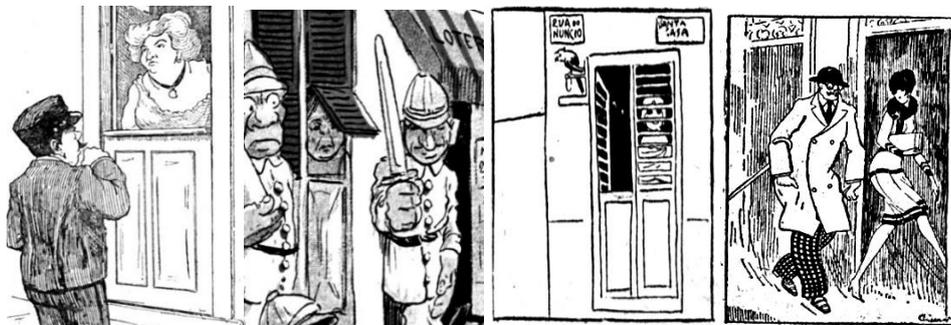
Nesse sentido, para contribuir com a discussão aventada, identificamos algumas ilustrações publicadas em jornais e revistas cariocas do começo do século XX, para demonstrar que essas denúncias eram de praxe, principalmente contra os *rendez-vous* e a “prostituição à janela”. Mas, para não ficar uma leitura cansativa, mencionaremos apenas o contexto das ilustrações publicadas. A primeira apresenta um diálogo entre uma “marafona” que se exibia na janela para um guarda da Delegacia de Costumes que disparou: “não pode estar aí em exposição, já disse!”, em resposta, a mulher afirma: “estou no exercício da minha profissão, sou mais inofensiva que aqueles doutores e cafajestes que andam a dar tiros no meio da rua e das sacadas”. A segunda remete ao combate das autoridades contra os três vícios: o alcoolismo, os jogos e a prostituição, fazendo referência a de rótula. A terceira menciona uma instituição que supostamente estaria desviando dinheiro público para alugar propriedades aos exploradores do meretrício na rua Núncio, no bairro do Realengo, e a última é sobre “cenas que precisam ter fim”, como o entra e sai de prostitutas em bordéis a luz do dia.

Figura 6 - “Polícia de Costumes”, Ilustração de Augusto Rocha. In: *O Malho*. Rio de Janeiro: 26/02/1910².

Figura 7 - “Perseguição aos três vícios”. Ilustração de Max Yantok. In: *O Malho*. Rio de Janeiro: 24/01/1914

Figura 8 – “Os fins justificam os meios”. Sem autoria. In: *O Malho*. Rio de Janeiro: 05/08/1918.

Figura 9 - “Exploração do lenocínio”. Sem autoria. *Revista Criminal*. Rio de Janeiro: 15/09/1927.



Para encaminhar a discussão ao fim, um outro impresso que se manifestava contra os *rendez-vous* a partir de ilustrações foi o *Vida Policial*. Segundo Shizuno (2011), a revista de crônica policial do gênero sensacionalista, circulou entre 1925 e 1927, e basicamente noticiava contos reais e ficcionais sobre o mundo do crime e dos estudos de polícia em pauta no período. O oposto da revista anterior, a narrativa política não era a essência do *Vida Policial*, nem por isso devemos descartar que o periódico também se manifestava em relação às medidas de controle do espaço urbano e, principalmente, distribuía falas racistas e preconceituosas atribuídas aos estrangeiros, criminosos,

“vagabundos” e prostitutas.

A autora Ottoni (2008) investigou uma série de narrativas de crimes em bordéis, e argumenta que o sensacionalismo era uma estratégia comum adotada por alguns impressos como forma de conquistar a atenção do público. Afirma ainda que alguns periódicos deixavam de lado as longas digressões políticas para dar lugar ao espetáculo grotesco da morte de outrem, nem que para isso fosse preciso adotar “manchetes graficamente chamativas e em páginas inteiras editadas com grande quantidade de ilustrações e fotografias, o que eles chamavam de “crimes horríveis e monstruosos” (OTTONI, 2008, p. 288). Barbosa (2007) complementa que um dos objetivos desses impressos foi criar estratégias para atingir um público denso e analfabeto, utilizando, entre outras coisas, ilustrações sobre notícias hediondas das tragédias cotidianas. Os “contos sem palavras”, segundo a autora, serviam para ilustrar “histórias em quadrinhos sem fala”, similar às ilustrações a seguir do *Vida Policial* sobre a prostituição.

A ilustração passa a integrar a própria notícia, com a publicação de fotografias que reproduzem o momento da tragédia. Nas matérias policiais publica sempre o retrato do assassino e da vítima, sendo a foto invariavelmente da cena do crime. Mas não são apenas as notas policiais que merecem o destaque e a sensação de veracidade da fotografia: os grandes homens, os grandes feitos, o desenvolvimento e o progresso dos nossos navios são reafirmados pela imagem fotografica (BARBOSA, 2007, p. 43).

Como mencionado na introdução, em especial a edição 41 do *Vida Policial* faz consideráveis referências *rendez-vous* com ilustrações que despertam atenção. Nesta edição, foram publicados três artigos, todos sobre prostituição. O primeiro chama-se “*ponto á jour e picot*”, em que são cobradas medidas enérgicas contra as casas de *rendez-vous* e acusa o “vírus da imoralidade” de manchar as instituições e a imagem da nação. Noutra página: “a localização do meretrício: as casas de *rendez-vous* e o meretrício voltam a funcionar no centro da cidade”, citando o Becco dos Carmelitas, na Lapa, como exemplo de lugar de rebeldia, exibição e impunidade. A terceira e última reportagem é “pernilongos”, e trata-se do fechamento da Escola de Dança Margot, espaço frequentado pela *grand-monde*³, após o Chefe de Polícia, Dr. Melo Mattos, receber denúncias de exploração de menores. O referido afirmou que alguns pais “imbecis degenerados” não tomavam cuidado com as suas filhas e que as mesmas se deixam iludir por qualquer homem, ficando horas dançando ao som do ritmo barulhento e selvagem do *jazz-bond*.

Figura 10 – “Sala de visitas da prostituição”, assinada por Cícero. In: *Vida Policial*. Rio de Janeiro: 19/12/1925.

Figura 11 – “Como começa a prostituição”, assinada por Cícero. In: *Vida Policial*. Rio de

Janeiro: 19/12/1925.

Figura 12 – Um encontro num *rendez-vous*, assinada por Cícero. In: *Vida Policial*. Rio de Janeiro: 19/12/1925.



No ano seguinte, outro descontentamento: “ninguém mais leva a sério a localização do meretrício...”, publicado em janeiro de 1926. Segundo a fonte, as meretrizes eram “desobedientes”, visto que na época o chefe de polícia já havia determinado que elas abandonassem as ruas do centro da cidade para uma zona designada, mas sem sucesso. Após algumas denúncias do gênero, a revista passou a adotar um discurso mais preconceituoso, afirmando que a prostituição “enfraquecia a pátria” e “caminha o país para o abismo”. Apesar do deboche, nem *O Malho* usava tons agressivos em relação aos sujeitos que “atrasavam” a noção positivista de “ordem” e “progresso”. Ao mesmo tempo, o *Vida Policial* reconhecia que os verdadeiros responsáveis pela expansão do meretrício era a própria polícia, as mulheres, os pais desorientados, e os costumes “depravados e sensaboriais”, como as danças de salão, a cocaína e as bebidas alcóolicas.

Figura 13 – Um encontro num *rendez-vous*, assinado por Cícero. In: *Vida Policial*. Rio de Janeiro: 02/01/1926.

Figura 14 – “O espetáculo entristecedor”, assinado por Cícero. In: *Vida Policial*. Rio de Janeiro: 02/01/1926.

Figura 15 – “Os dancings no Rio”, assinado por Cícero. In: *Vida Policial*. Rio de Janeiro: 30/01/1926.



Apesar das críticas, percebe-se que as alegorias infundem, ao mesmo tempo, melancolia e romantismo. Sobre o eufemismo presente na documentação atribuída à prostituição, devemos versar sobre o conceito de representação, em que Chartier (2002) defende que há uma considerável distinção entre aquilo que se representa e aquilo que é

representado. Apoiando-se nas colocações do autor, a imprensa e os impressos são espaços de disputa no que se refere ao estabelecimento de padrões sociais e comportamentais, e que algumas representações estão longe de serem consideradas “neutras”, mas sim revelam interesses, ideologias e discursos a partir dos conteúdos que carregam e, principalmente, dos grupos que as forjam.

Diante desses aspectos, por se tratar de um conjunto de imagens generalizadas, impostas a partir da interpretação de um grupo específico (imprensa) sobre um coletivo (prostitutas) em consonância de outro (elite), devemos tomar cautela para com estas representações e, principalmente com as notícias com as quais foram vinculadas. Nesse ambiente ilustrado é visível que ideias, convicções, princípios sociais e políticos diferentes caracterizavam o pensamento de um determinado periódico para com o seu público-alvo. Visto, nessas mesmas discussões, que algumas revistas, como *O Malho*, produziam imagens caricaturais das autoridades policiais e das ações movidas por elas, bem como a ausência de tais resultados. Como tal, o *Vida policial* frequentemente publicava “histórias em quadrinhos” e, por isso, repetia as mesmas ilustrações, criando situações *sui generis* sobre a prostituição e, principalmente, desconsiderando o fato de que a prostituição envolve personagens plurais que se debatiam para ocupar um espaço em contraste com o projeto de cidade-maquete idealizada pela burguesia e pela ordem instaurada.

Alegorias sobre o tráfico de escravas brancas

Em sintonia com outro tópico frequente quando o assunto é prostituição, daremos continuidade ao debate com algumas alegorias publicadas pelo periodismo, mas por outra perspectiva. O debate, desta vez, concentra-se em representações que foram atribuídas ao fenômeno popularmente conhecido como “tráfico de escravas brancas”. Em termos gerais, foi uma espécie de variante do crime organizado internacional, especialmente incorporada por poderosas máfias especializadas na exploração de mulheres. Uma segunda hipótese a ser destacada, é que na passagem de um século para o outro, a imprensa foi uma das responsáveis por disseminar o imaginário romântico em relação às mulheres judias, trazidas do Leste Europeu para a América do Sul para serem exploradas sexualmente como “escravas brancas” e destituídas de qualquer princípio. Assim, levando em conta os aspectos mencionados, a intenção é dialogar com a historiografia e dissertar sobre um conjunto de imagens publicadas entre 1930 e 1935, período em que floresceram

notícias sobre o tráfico, mas principalmente em razão da recém-descoberta, *Zwi Migdal*.

Entretanto, antes de lançar luz sobre a documentação, é preciso informar, novamente, que a movimentação temporal das alegorias analisadas não é a mesma da discussão anterior, mas sim, a partir da repercussão do escândalo judicial envolvendo a célebre *Migdal*, em Buenos Aires. Apesar do impacto nos jornais cariocas sobre o fatídico evento, a presença das “Polacas”, incluídas nas imagens, não era nenhuma novidade naqueles tempos, pois Rago (2008) pondera que as primeiras referências sobre a prostituição de mulheres judias no Rio de Janeiro sejam da segunda metade do século XIX. A descoberta dos eventos em curso contribuiu para impulsionar o discurso sexista, racista e sensacionalista sobre o tráfico de brancas que vinha sendo construído ao longo do começo do século XX. Assim, ocorreu uma propagação de estereótipos na imprensa, que por vez, associava os *cáftens* estrangeiros, principalmente os judeus, e as prostitutas “Polacas”, como responsáveis pelo fenômeno em questão, sempre a partir de representações xenófobas, sexistas e outros discursos discriminatórios.

Mas afinal, o que significa as expressões expressões “Escravas Brancas” e “*Zwi Migdal*”? Em termos gerais, é um campo de estudo sensível e lacunoso ao mesmo tempo, visto que engloba diferentes problemáticas, temporalidades e grupos sociais étnicos distintos, mas que vem recebendo nas últimas décadas atenção da historiografia, ainda que vagarosamente. O primeiro termo refere-se a todo um conjunto de mulheres estrangeiras, com excessão às francesas, em condição ignomínia e análoga à escravidão, interpretadas como “mercadorias sexuais”. Rago (2008) explica que a utilização da metáfora esteve associada ao comércio de escravos negros, mas que se findou nos marcos de um pensamento romântico conservador como uma “nova face da escravidão moderna do século XX”. Segundo Schettini (2002; 2012), a terminologia “escravas brancas” servia para classificar mulheres europeias em contingentes atribuídos à condição de vítimas “passivas e indefesas”, embora isso sempre fosse uma realidade em consenso. Sublinhou ainda, que alguns usos do vocabulário fazia referência aos debates políticos sobre as experiências de trabalho e o futuro das relações de trabalho no Brasil e na Argentina.

No Brasil, a imagem de “escravas brancas” remetia ao intenso debate sobre a reorganização das relações de trabalho desde os fins do século XIX; na Argentina, a ideia de uma rede de traficantes de mulheres mobilizava temores criados pelas dimensões inéditas que ganhavam a imigração de mão de obra europeia e seu impacto na definição de conceitos como cidadania e nação (SCHETTINI, 2012, p. 52).

Para Donna Guy, a expressão “escravas brancas” deu origem a um “conjunto de discursos sobre la reforma de la familia, el papel laboral de las mujeres, en las

sociedades modernizantes y la construcción de la política desde el punto de vista del género” (GUY, 1994, p. 48). A autora pondera que a terminologia é procedente de reformuladores europeus, e que a má fama veio apenas no começo do século XX, com a apropriação de escritores que utilizavam a servidão sexual feminina involuntária para refletir sobre uma determinada realidade. Perrot (2016) lembra que o tráfico de brancas era um comércio comum, embora torpe, nos centros urbanos europeus com destino à Ásia no século XIX. Com o tempo, “das zonas pobres da Europa central, mulheres polonesas e provenientes dos guetos judeus foram levadas para as zonas boêmias das cidades sul-americanas” (PERROT, 2016, p. 79). Os responsáveis por esse “tráfego”? criminosos que tinham uma alta mobilidade transnacional, principalmente em cidades conectadas umas às outras por diversos motivos, como Buenos Aires, Montevideo, Rio de Janeiro, entre outras.

Na ilustração a seguir, uma das poucas que faz referência ao tráfico de brancas na década de 1910, a revista *O Malho* menciona que em 1915, o Congresso aprovou uma resolução que, contra os *cáfrens*, modificava alguns artigos do Código Penal de 1890. Segundo Schettini (2002), os artigos 277 e 278 sofreram importantes mudanças e, basicamente, incorporaram novas mobilidades vinculadas à prostituição, como o tráfico de mulheres. O jornal *O Imparcial*, na época, discutiu a questão, apontando que antes da reforma, os dois artigos deixavam “brechas” e “deixava impune a corrupção e a exploração de outras vítimas que não estivessem entregues definitivamente à prostituição”. Venson e Pedro (2013) afirmam que, pela primeira vez no ordenamento brasileiro, uma medida contra o tráfico foi adotada e, segundo as autoras, deu-se possivelmente em decorrência do tratado de 1904, que aconteceu em Berlim. Assim, além de repercutir as novas medidas, o documento traz diálogos na ilustração como “para fora, bandidos! Isto aqui, agora, não é mais a casa da Mãe Joanna para o vosso commercio infame” e era preciso a “pena do chicote” contra os exploradores, como se fazia na Inglaterra⁴.

Figura 16 - “O tráfico de mulheres”, Ilustração de Ariosto Ducan. In: *O Malho*. Rio de Janeiro: 09/01/1915



Adiante, a expressão “Zwi Migdal” em iídiche, dialeto usado pela comunidade judaica, significa “grande força”, além de homenagear uma importante figura que participou da fundação da organização criminosa, Luis Migdal, conforme Biagini (2004). Para Scarsi (2018) a “*Organización negra*”, como ficou popularmente conhecida, surgiu em 1906, a partir de um pequeno grupo oriundo da Polônia, que se reuniu num subúrbio industrial de Avellaneda, em Buenos Aires, para fundar a “*Sociedad Israelita de Socorros Mutuos Varsovia*”. Com o tempo, foi renomeada *Zwi Migdal*, e permaneceu mais de duas décadas sob o disfarce de uma mutualidade inofensiva que, na verdade, era usada como fachada para explorar mulheres, de acordo com Guy (1994). Apesar da coesão existente entre o crime organizado e a entidade institucionalizada ter vigorado por tanto tempo, a historiografia sugere que o poderio econômico da organização conseguiu subornar juizes, legisladores e comissários de polícia, justificando assim, a obstrução em eventuais investigações a respeito.

À vista disso, a historiografia nacional vem conferindo sentido e memória à presença das “Polacas” e, conseqüentemente, a dos proxenetas judeus, principalmente no que se refere às cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, a partir de obras como, Rago (2008), Soares (1991), Menezes (1996) e Schettini (2002; 2012). Ao lado desses, Kushnir (1996) tratou de um aspecto pouco mencionado, que refere-se à busca por mecanismos de proteção e solidariedade entre esses grupos que tinham em comum o estigma, o preconceito e a exclusão, tanto social quanto da própria comunidade judaica. A tarefa consiste, segundo a autora, em promover uma “ótica interna”, que se distâncie da perspectiva violenta, como acontece nos relatórios de polícia e outros documentos

emanados do poder, e compreender os diferentes mecanismos de proteção e solidariedade desses grupos no intuito de manter uma identidade própria. Em síntese, Kushnir analisou documentos que permitem um vislumbre das vidas esquecidas que se auxiliavam em associações como a ABFRI⁵, cujo propósito era promover ajuda mútua.

Mediante ao conteúdo exposto, interessa especificar que, após o escândalo judicial da *Zwi Migdal* nos primeiros meses de 1930, depois que o comissário, Julio Alsogaray, entregou provas contra a organização ao juiz Manuel Ocampo, posteriormente ordenando a prisão de mais de 420 membros, ocorreu um processo de dispersão dos envolvidos para outras regiões da América do Sul. Donna Guy explica que “*en América dei Sur, Uruguay y Brasil eran considerados los puntos importantes dei tráfico internacional de mujeres a Buenos Aires*”, e devido à mobilidade transnacional por parte dos *cáftens*, muitos conseguiam transitar com certa facilidade entre as capitais (GUY, 1994, p. 148). Trochon (2007) ressalta que os *cáftens* tinham a fama de inventar mentiras notáveis para aliciar e ganhar a confiança das jovens, então, a imprensa e a literatura da época se alimentavam desses escândalos para reproduzir histórias obscuras e sensacionalistas que reforçavam o discurso anedótico das mulheres traficadas como seres fáceis e domináveis.

Tal como na documentação examinada, a imprensa carioca aproveitou o momento oportuno para reproduzir notícias escandalosas sobre a *Zwi Migdal*. Com isso, discursos reforçando o estereótipo das “Polacas” como consequência do “sexo frágil” e dos *cáftens* como “verdadeiros seres monstruosos”, dava sentido às “histórias obscuras e descrições apocalípticas”, conforme destacou Trochon (2007), no intuito de propagar o terror no imaginário social da época. Por isso, as narrativas eram um perigo constante, pois algumas falas discriminatórias acompanhavam noções racistas e antissemitas, mesmo que fossem enunciadas de forma “mais ou menos explícita”, segundo Menezes (1996). Em síntese, devemos considerar que, quando um periódico publica uma matéria, milhares de pessoas acabam lendo ou apenas visualizando o conteúdo exposto, tal como ilustrações e fotografias da época, e formam parte da visão que tem a partir dessa leitura, como as notícias sobre o tráfico de brancas publicadas com o intuito de promover comoção ao público, apresentando informações de maneira tendenciosa.

Então, por se tratar de imagens que contribuíram para a formação do imaginário social sobre o tema, elas precisam ser especificadas enquanto objetos de indagação histórica, visto que elas podem nos indicar caminhos a se pensar. Com isso, nas três primeiras ilustrações sobre o “tráfico de brancas”, é possível perceber, primeiramente, que a fonte se apropriou de concepções como fragilidade e passividade para fundamentar

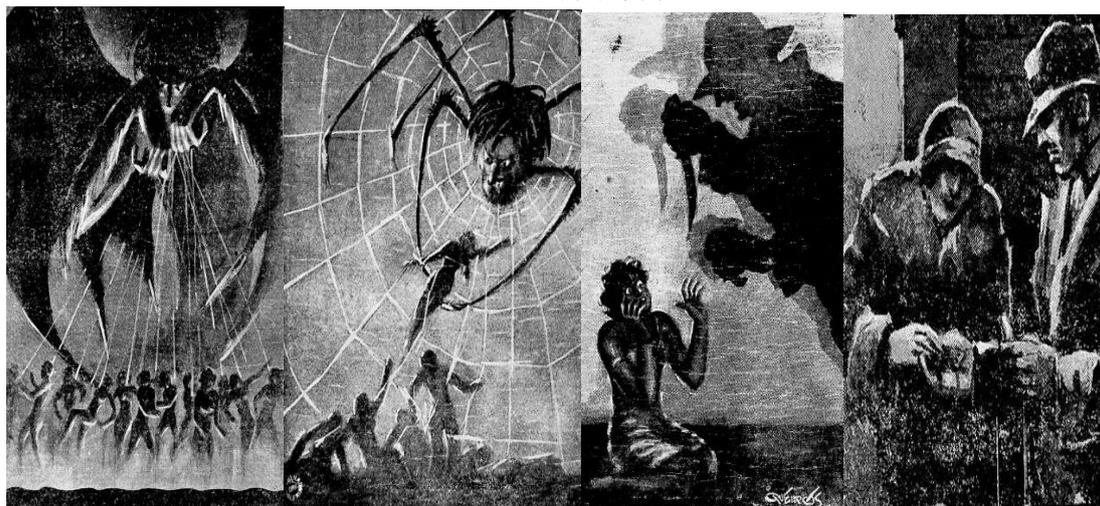
ainda mais a repercussão sobre a *Zwi Migdal*. As representações sobre os *cáfrens* são retradadas como “verdadeiros seres monstruosos”, algumas até mesmo com noções de antropozoomorfismo, como na primeira imagem, em que um “homem-aranha” aparece capturando suas “presas” pelas teias. De forma menos fantasiosa, o artista Queiros retratou a dominação contra as mulheres que resistiam às formas de violência na segunda ilustração. A última, retrata como os exploradores aliciavam mulheres por meio de falsas promessas, de forma menos agressiva se comparado as outras ilustrações. A documentação em questão foi publicada entre os dias 19 e 24 de julho de 1930, numa sequência de reportagens do jornal matutino *A Batalha*⁶.

Figura 17 - “Sob uma designação de "grande força" há uma vastíssima instituição internacional de individuos tenebrosos disseminados por várias cidades civilizadas". Ilustração de M. Queirós. In: *A Batalha*. Rio de Janeiro: 19/07/1930.

Figura 18 - “Os tenebrosos exploradores da desonra e do mais amargo infortunio!”. Ilustração de M. Queirós. In: *A Batalha*. Rio de Janeiro: 20/07/1930.

Figura 19 - “Urge que sejam tomadas energicas medidas para a repressão ao lenocinio”. Ilustração de M. Queirós. In: *A Batalha*. Rio de Janeiro: 22/07/1930.

Figura 20 - “A sociedade carioca não pode continuar a ser aviltada pela permanencia no Rio dos principais diretores da Zwi Migdal”. Ilustração de M. Queirós. In: *A Batalha*. Rio de Janeiro: 24/07/1930⁷.



Além dos títulos sensacionalistas, como “os tenebrosos exploradores da desonra e dos mais amargo infortúnio!” e “revelações impressionantes sobre a ação universal dos perigosos e repelentes traficantes de escravas brancas”, as publicações eram sempre acompanhadas de críticas às autoridades policiais. Outro fator a ser destacado, é que a documentação em questão circulou na sociedade carioca após a polícia ter descoberto o paradeiro de dois célebres membros da *Migdal* na cidade, Mauricio Caro e Zacarias Ztnisky, além de outros suspeitos. Outro aporte visível na documentação, é a evidência de um falso moralismo em relação às mulheres, contamiando por narrativas disfarçadas de sistemas educacionais, como se a violência contra às mulheres fosse consequências diretas de más escolhas (prostituição). Outrossim, a função das imagens violentas,

comoventes e melodramáticas poderia ser útil no sentido de demonstrar à sociedade as condições e os riscos atribuídos a quem se “desvirtuasse” dos padrões morais da época, e outras práticas que, além de legitimar a violência cometida contra as mulheres (escravidão), enrijecia a divisão das atribuições entre os gêneros.

A violência na sua forma simbólica manifesta-se, através de diversos canais, recorrendo-se a variados argumentos. A educação é elemento fundamental na tomada de consciência das mulheres de sua condição subalterna, ao mesmo tempo que lhes proporciona o instrumental para ultrapassar essa condição. Dialeticamente, porém, constitui-se num dos principais veículos de difusão da violência simbólica, contribuindo incisivamente para a inscrição das representações da inferioridade feminina nos "pensamentos e nos corpos de umas e de outros" (SOIHET, 1989, p. 8).

No mesmo mês, outra revista deu as caras. Desta vez, foi *O Malho*, comentando sobre a “Escravidão Branca no Brasil”. A fonte reforçava que o tráfico era a “nova face da escravidão moderna do século XX”, e que teria se tornado tão imperiosa ao ponto de ser considerado uma “necessidade social”, mas “chefiada por um infâme comércio perfeitamente organizado e ramificado em diversos cantos do globo, contendo agentes infiltrados e auxiliares largamente remunerados”. A revista alegava que os *cáftens* viviam numa inquebrantável rede de solidariedade que lhes permitia, mutuamente, o acesso aos meios de transporte, documentos e passaportes falsos. Além disso, enunciava que os exploradores instauravam o terror às “escravas”, operando logo na consciência, a partir de ameaças e crimes violentos, como consta em alguns relatos mencionados na fonte: “um que degolou a escrava que procurou, na fuga, a liberdade, “outro que deformou com um talho de navalha a amante que se apaixonou por alguém” e “outro que assassinou a mulher que denunciou uma sociedade”.

Figura 21 – “A escravidão branca no Brasil”. Sem autoria. *O Malho*. Rio de Janeiro: 19/07/1930⁸.

Figura 22 – “O problema social da escravidão branca na Argentina”. Sem autoria. *O Malho*. Rio de Janeiro: 19/07/1930⁹.



Apesar de mencionar as principais rotas do “mercado da escravatura branca” na América do Sul, a forma como agiam os *souteneur*, a expansão do “escritório de cativeiro” no Brasil, e acusar a ABFRI de estar protegendo criminosos foragidos da Argentina, a fonte não menciona diretamente a existência da *Zwi Migdal*. No entanto, o periódico faz duas advertências. A primeira, refere-se ao fato de que os exploradores intimidavam as mulheres com ameaças e agressões físicas, além de outras habilidades de tortura e neutralização dos corpos, como abuso psicológico, chantagem e promessas de recompensas condicionadas, fazendo com que elas trabalhassem para alcançar objetivos ilusórios, como a própria liberdade. Uma segunda observação percebida, é contra a narrativa da regulamentação como uma alternativa viável para as mulheres em situação de prostituição. Em termos gerais, para a fonte, a regulamentação legitimava a violência contra as mulheres, citando o exemplo de Buenos Aires, conforme a segunda alegoria, que segundo Simonetto (2019), ocorreu de 1875 até 1936, com a intenção de “*modernizar y regular la prostitución*”, mas que com o tempo foi totalmente desmoralizado.

José Luis Scarsi (2018) também investigou alguns registros da imprensa portenha contendo ilustrações, como o jornal *El Puente de Los Suspiros*, de 1874, dedicado especialmente à luta pela abolição do tráfico de escravas brancas na região *Rio de La Plata*. Apesar do recorte distante, as imagens fazem referência ao *modus operandis* dos exploradores e a forma como a polícia portenha se esquivava dos crimes praticados por eles. Já nos marcos da *Zwi Migdal*, Simonetto (2020) comenta que “figuras paradigmáticas” sobre os rufiões eram reproduzidas e narradas por agentes interessados no tema, como jornalistas, viajantes e até burocratas, então, certas imagens eram dotadas de um certo “*goísmo, frivolidad y afeminamiento*”. O autor se debruçou sobre a produção e circulação de narrativas estereotipadas sobre o tráfico de brancas no periodismo argentino, responsável por construir “*un imaginario abominable de los explotadores*

sexuales”, e ressalta:

Las denuncias contra la Zwi Migdal se propusieron revelar su lugar como una institución poderosa y sin límites que convocó a periodistas de investigación a efectuar numerosas indagaciones a lo largo del siglo XX. Periódicos como Crítica (27/05/1930) destacaron la inoperancia policial con bromas ilustradas en las que signaban: “– ¿Sabes por qué la policía no dio a tiempo con la Migdal? Porque sufría de amigdalitis”. Otras ilustraciones lo destacaban como varones trajeados que arrastraban a mujeres harapientas del pelo por el suelo de un burdel e insistieron en su proveniencia extranjera (SIMONETTO, p. 12-13, 2020).

Como de praxe, durante toda a década de 1930, a imprensa carioca continuou repercutindo as desventuras das “Polacas” e a circulação transnacional de membros da célebre *Zwi Migdal* em solo nacional. Dois documentos em questão chamam a atenção pelas alegorias publicadas. A primeira é de 1930, e menciona a presença dos policiais argentinos, Wiurnos e Zumárraga, depois que autoridades portuárias conseguiram barrar o embarque de dois suspeitos: Mauricio Caro e Zacarias Zyntinski. Segundo Alsogaray (1933), comissário que atuou contra a *Migdal*, ambos eram figuras de influência decisiva nas dependências administrativas da organização, e eram considerados o protótipo mais repugnante e tenebroso entre os exploradores. No entanto, há algo nesta história que permaneceu mal contada. Quando Wiurnos e Zumárraga retornaram para Buenos Aires, eles alegaram que os acusados foram libertos pelas autoridades brasileiras por “falta de provas”. Porém, tempos depois, foi descoberto que Zumárraga e Mauricio Caro eram amigos de longa data, e tanto um quanto o outro foram exonerados por supostamente estarem envolvidos com o esquema criminoso. Ainda segundo Alsogaray:

No es posible establecer lo ocurrido en la capital brasileña, por falta de elementos de juicio. Se podrá intuir, pero no certificarlo en forma categórica. Sólo debe afirmarse que iel caso :fué extraordinario: primero la policía de Río de Janeiro lo detuvo, sacándolo de un barco de matrícula extranjera, y poco después, mediando un pedido _ratificado con recaudos legales, esa misma policía lo puso en libertad . . . ¿Acaso el dinero niveló todos los escrúpulos? ¿Acaso fué la consecuencia de tortuosos manejos de la misma policía argentina, que comenzó a hacerse sospechosa enviando a Zuhlárraga al Brasil? ... Recordamos que Zumárraga era alter ego del ex-jefo de estigaciones prófugo, y que éste y Caro mantenían una amistad que provoca las más grandes suspicacias (ALSOGARAY, 1933, p. 95-96).

Junto com a notícia, o documento apresenta uma ilustração com referência a forma como às mulheres eram comercializadas em leilões clandestinos, e segundo Rago (2008), acontecia em estabelecimentos comerciais de fachada, como hotéis, bares, salões e cafés.

A autora atenta que é inimaginável o grau de violência e dominação no tratamento para com as prostitutas, e que além dos relatos da época, como as obras de Albert Londres (1927) e Alsogaray (1933), há registrado na imprensa denúncias e depoimentos de mulheres que foram “arrematadas” nos leilões e, posteriormente, forçadas a se prostituir. Guy (1994) menciona que na Argentina, no começo do século XX, alguns homens leiloavam mulheres estrangeiras em público como se fossem “gados”. Outros autores indicam que, com o tempo, os negócios foram-se tornando cada vez mais formais, então, havia proxenetas específicos que ganhavam a vida comprando e vendendo mulheres como “mercadorias sexuais”, e normalmente utilizavam códigos secretos de comunicação que funcionavam somente entre os interessados.

Los "remates" ocurrían en diversos establecimientos comerciales cuyos propietarios eran miembros de la Migdal. El salón destinado a ese fin poseía un tablado que oficiaba de escenario. Al descorrerse el telón aparecían las mujeres totalmente desnudas. Uno de los socios actuaba de rematador mientras que los asiscentes ... entre los que no faltaba algún juez o político de importanciatenían autorización para palparlas, mirar su dentadura o comparar las dimensiones de su s encantos ... La escena tenía como fondo las sucesivas ofertas dichas a viva voz, hasta que el mejor postor se llevaba la mercancía (BRA, 1982, p. 117).

O segundo documento é do jornal *Diário Carioca*, de 1935, sobre “enérgicas providências do Chefe de Polícia contra a exploração do lenocínio”. A reportagem é sobre duas mulheres, donas de pensões alegres, acusadas de seduzir e explorar menores para a prostituição. A primeira, refere-se à espanhola Soledade Pietro Perez, dona de duas pensões: uma na rua do Lavradio e outra na rua dos Arcos, ambas ruas conhecidas pela prostituição, segundo Schettini (2002). A segunda era Carmen Fernandes, dona de uma pensão na rua do Rezende, onde explorava uma menor identificada como Maria de Lourdes. O fato chegou ao conhecimento da 1ª Delegacia Auxiliar e a respeito foi aberto um inquérito para que as “indesejáveis” fossem expulsas do país.

Além da pequena crônica analisada, a fonte publicou a segunda imagem, do ilustrador Manoel de Queirós. O espaço de destaque atribuído à ilustração na fonte parecia valer mais do que mil palavras, evidenciando uma espécie de sadismo em retratar a dor e o sofrimento alheio como lição de moral para amedrontar a sociedade, em contraste com os desvios da modernidade (prostituição).

Figura 23 - “A policia varejou, precipitadamente, uma associação onde há de fato elementos que se correspondem com os chefes do bando sujo de Buenos Aires”. Ilustração de Wantik. In: *Crítica*. Rio de Janeiro: 11/06/1930.

Figura 24 - “A policia inicia uma campanha contra o abominável tráfico de escravas brancas”. Ilustração de M. Queirós. In: *Diário Carioca*, Rio de Janeiro: 10/02/1935.



Em síntese, quanto às representações, os jornais usavam essas imagens para reforçar padrões que perpetuavam narrativas romanceadas e que não faziam questão de fugir de certos estereótipos relacionados ao tema, como racismo e sexismo por meio dos conteúdos que carregavam. Qual era a função dessas alegorias? Diferente dos impressos do “gênero alegre”, nos quais os corpos femininos eram usados para reproduzir representações de cunho erótico, estas eram voltadas ao público em geral, e exploravam a cultura da violência e o poder do imaginário sensacionalista sobre o tráfico de brancas com o “dever” de informar ao público o suprasumo do crime e o frenesi violento submetido às mulheres. Quanto mais dantescas e absurdas as notícias, maiores eram as chances do público absorver aquelas narrativas e transforma-lás em senso comum, contribuindo para reforçar o exotismo e o misticismo sobre o tema no imaginário coletivo. O poder dessas representações funcionava, de certa forma, como uma forma de controle social, mostrando as formas de agir e se portar na sociedade, mas principalmente quem deveriam suspeitar.

Conclusão

Como pode-se verificar no conjunto de imagens analisadas, as mulheres às quais

nos referimos neste estudo, podiam até não ter as famosas “vassouras voadoras”, mas foram “varridas” por autoridades e massacradas pela imprensa como se fossem “sujeira moral”. Com isso, essas representações se configuram como uma espécie de “janela”, que nos permite ter um olhar diferenciado para um Rio de Janeiro que por muito tempo permaneceu polarizado nas grandes manifestações e não nas práticas sociais integradas ao cotidiano da cidade, como a prostituição. Dessa forma, a circulação dessas imagens, mesmo as mais modestas, tinha algum objetivo específico, ainda que nas “entrelinhas” fosse para produzir efeito sobre determinados assuntos escudados pela moralidade (prostituição), ou na construção do imaginário social e a reprodução de estereótipos sobre as mulheres em condição de inferioridade (escravas brancas).

Da mesma maneira, ao chegarmos as considerações finais, não temos o propósito de concluir tal discussão, mas sim assinalar que por meio da plataforma da Hemeroteca, há uma infinidade de impressos que podem ser trabalhados com assuntos considerados tabus valorizando, inclusive, uma perspectiva interdisciplinar. Não por acaso, Kossoy (2014) ressalta que os historiadores não costumam dar muita atenção as imagens, ou são utilizadas sem considerar o seu conteúdo ideológico. Trabalhar com periódicos não é nenhum bicho de sete cabeças, sem deixar de lado, é claro, o rigor acadêmico e científico, isso porque não é segredo que alguns impressos costumavam indicar seus interesses ideológicos logo nas páginas iniciais, o seu público-alvo, o que defendiam e quais os interesses que serviam.

Ao finalizar este estudo, devemos sempre ponderar que as representações femininas costumam partir sempre de um pressuposto de uma condição feminina abstrata e universal, quase a-histórica, principalmente dos documentos emanados do poder, como a imprensa, as ocorrências policiais, os processos de crimes, enfim, documentos que reconstituí esse cotidiano que se ecoa e que não é registrado se não pelas suas transgressões. Essas representações nos auxiliam a compreender o impacto que tais imagens tinham sobre determinados assuntos e, principalmente, como eram usados na formação e conformação de determinados códigos de representação social. Assim, frente à dificuldade de se trabalhar com assuntos considerados “tabus”, o desafio consiste em recuperar os ecos surdos das tensões vividas por essas mulheres, mas sem nunca esquecermos que, embora exiladas do poder, elas foram criadoras de formas sociais próprias, mas que nem sempre eram bem-vindas.

Referências bibliográficas:

- ALSOGARAY, Júlio L. *Trilogia de la trata de blancas: rufianes, policía, municipalidad*. Buenos Aires, 1933.
- BIAGINI, Furio. *L'incredibile storia di Noé Trauman e della Zwi Migdal*. Clio: revista trimestrale di studi storici, n. 4 (octobre-dicembre), 2004.
- BRA, Gerardo. *La Organización Negra: la increíble história de la Zwi Migdal*. Buenos Aires: Corregidor, 1982.
- BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CHARTIER, Roger. *O Mundo como Representação*. In: CHARTIER, Roger. *A Beira da Falésia: a História entre as incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- CORRÊA, Mariza. *Morte em Família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- ENGEL, Magali Gouveia. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1989.
- FABRIS, Annateresa (Org.). *Fotografia. Usos e funções no século XIX*. Texto e Arte, volume 3. 2ª edição, São Paulo, Edusp, 1998.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GUY, Donna. *El sexo peligroso: la prostitución legal en Buenos Aires, 1875-1955*. Buenos Aires: Sudamericana, 1994;
- KAMINSKI, Rosane. *Gosto brejeiro: as revistas ilustradas e a formação de juízos estéticos em Curitiba (1900-1920)*. IN: BREPOHL, M.; CAPRARO, A.; GARRAFFONI, R. [orgs.]. *Sentimentos na história*. Curitiba: Ed. UFPR, 2012.
- KOSSOY, Boris. *História e Fotografia*. 5ª Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014
- KUSHIR, Beatriz. *Baile de Máscaras. Mulheres Judias e Prostituição: as polacas e suas Associações de Ajuda Mútua*. Rio de Janeiro, Imago, 1996.
- LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In.: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.
- LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 2003.

- MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis*. Rio de Janeiro: UERJ, 1996.
- OTTON, Ana Vasconcelos. *Finais trágicos nos prostíbulos: imprensa, notícias sensacionais e homicídios de meretrizes no rio de janeiro no início do século XX*. DIALOGUS, Ribeirão Preto, v.4, n.1, 2008.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PERROT, Michelle. *Minha História das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2016.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar- Brasil: 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso. A representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.
- SCARSI, José Luis. *Tmeim: los judíos impuros historia de la Zwi Migdal*. 1 edición, Buenos Aires: Editorial Maipue, 2018.
- SCHETTINI, Cristiana. *"Que tenhas teu corpo": uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. 2002.
- SCHETTINI, Cristiana. *Exploração, gênero e circuitos sul-americanos nos processos de expulsão de estrangeiros (1907-1920)*. Tempo, v. 18, n. 33, 2012.
- SCHETTINI, Cristiana. *Clichês baratos: sexo e humor na imprensa ilustrada carioca do início do século XX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.16, n. 2, jul./dez, 1990.
- SHIZUNO, Elena Camargo. *A revista vida policial (1925-1927) - mistérios e dramas em contos e folhetins*. (Tese de Doutorado em História), Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2011.
- SIMONETTO, Patricio. *El dinero no es todo: Compra y venta de sexo en la Argentina del siglo XX*. Buenos Aires: Editorial Biblo, 2019.
- SIMONETTO, Patricio. *El sexo de las naciones: producción y circulación globalde narrativas de la trata de blancas en la Argentina (1900-1936)*. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0201, jan./abr. 2020.
- SOARES, Luiz Carlos. *Rameiras, Ilhoas e Polacas: a prostituição no Rio de Janeiro do século XIX*. São Paulo, Ática, 1992.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência - mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

TROCHON, Yvette. *Las rutas de Eros. La trata de blancas en el Atlántico Sur*. Montevideo: Taurus, 2007.

VELLOSO, M. P. *A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900-1930)*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004.

VENSON, Anamaria Marcon; PEDRO, Joana Maria. *Tráfico de pessoas: uma história do conceito*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 33, nº 65, p. 61-83 – 2013.

YARFITZ, Mir Hayim. *Polacos, White Slaves, and Stille Chuppahs: Organized Prostitution and the Jews of Buenos Aires, 1890-1939*. (A dissertation in Doctor of Philosophy in History). University of California, Los Angeles, 2012.

Fontes

A Batalha. Rio de Janeiro: 19/07/1930; 20/07/1930; 22/07/1930; 24/07/1930. (Hemeroteca da Biblioteca Nacional - <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

Crítica. Rio de Janeiro: 11/06/1930. (Hemeroteca da Biblioteca Nacional - <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

Diário Carioca. Rio de Janeiro: 10/02/1935. (Hemeroteca da Biblioteca Nacional - <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

O Malho. Rio de Janeiro: 26/02/1910; 09/08/1913; 24/01/1914; 09/01/1915; 06/03/1915; 10/04/1915; 24/04/1915; 05/08/1918; 19/07/1930. (Hemeroteca da Biblioteca Nacional - <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

Revista Criminal. Rio de Janeiro: 15/09/1927. (Hemeroteca da Biblioteca Nacional - <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

Vida Policial. Rio de Janeiro: 26/12/1925; 26/11/1925; 02/01/1926; 30/01/1926. (Hemeroteca da Biblioteca Nacional - <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

¹O mesmo que ausência de policiamento.

²A mesma ilustração já fora usada pelo historiador Bretas (1997), mas sem nenhum apontamento específico em relação à imagem.

³“Alta sociedade”.

⁴Um castigo existente na Inglaterra para punir os *cáftens*.

⁵Associação Beneficente Funerária e Religiosa Israelita.

⁶Não consta, na Hemeroteca Digital, a edição do dia 21/07/1930, em que, provavelmente, constava outra ilustração sobre o “tráfico de brancas”. Na edição do dia 23/07/1930, não foi possível compreender o contexto da imagem devido à baixa resolução. Mas a reportagem em questão, discorre sobre “os tenebrosos exploradores do lenocínio quando as suas escravas não podem mais alimentá-los de ouro, atiram-nas a rua, em condições que nem o Hospital da Santa Casa as recebe”.

⁷Sabe-se que as imagens são do ilustrador Manuel de Queirós, mas não fora identificado se o jornal *A Batalha* teria encomendado as pinturas com algum propósito ou se apenas reproduziam as imagens com a permissão do autor. A única informação das ilustrações é que foram feitas à base de tinta e pincel.

⁸A mesma imagem aparece na tese do historiador Mir Yarfitz (2012): “*Women Captured by Varsovia Society Members*”, e sabe-se que a imagem pertence a revista *La Crítica*, de 13 de maio de 1930, mas

também não é possível identificar o autor da ilustração. Curiosamente, a mesma imagem foi publicada no periodismo carioca na divulgação de um filme americano sobre o “tráfico de escravas brancas”.

⁹ Apesar da crítica contra a regulamentação da prostituição em Buenos Aires na ilustração, a fonte também não indica quem é o autor, mas, sabe-se que, "a situação daquele país como grande mercado mundial de mulheres, inspirou a um caricaturista portenho esta alegoria de tão doloroso sentido".

Artigo recebido em 21 de fevereiro de 2022.

Aceito para publicação em 8 de junho de 2022.